

***INTERNATIONALI NEGOTIA
DIRETORIA ACADÊMICA
SUBSECRETARIA INTERNACIONAL***

***IAGO TORRES DA ROCHA
DÉBORA JACINTHO DE FARIA***

**CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
A SITUAÇÃO CONCERNINDO O IRAQUE
&
NÃO-PROLIFERAÇÃO (REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ)**



MODELO INTERNACIONAL DO BRASIL

**BRASÍLIA - DF
2023**

INTERNATIONALI NEGOTIA
EDITORA
SUBSECRETARIA INTERNACIONAL

IAGO TORRES DA ROCHA
DÉBORA JACINTHO DE FARIA

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
A SITUAÇÃO CONCERNINDO O IRAQUE
&
NÃO-PROLIFERAÇÃO (REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ)

BRASÍLIA - DF
2023

CARTA DO SECRETARIADO

Caros delegados,

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que acessaram este material de apoio. É uma honra poder oferecer recursos que possam auxiliá-los em suas jornadas e preparações para debates tão enriquecedores como este.

Agradecemos por dedicarem seu tempo e esforço na busca pelo conhecimento e no aprimoramento de suas habilidades como delegados. Sabemos que a participação em uma simulação requer um comprometimento significativo, e é por isso que estamos comprometidos em fornecer materiais relevantes para suas necessidades.

Agradecemos também por fazerem parte da grande comunidade de entusiastas dentro do mundo das simulações. É inspirador ver o comprometimento e a paixão que os senhores têm pela diplomacia, pelo debate construtivo e pela busca de soluções para os desafios globais. Continuem a se envolver ativamente, a compartilhar suas ideias e a colaborar com seus colegas delegados.

Mais uma vez, obrigado por sua dedicação e por fazerem parte de tudo isso. Desejamos a todos muito sucesso em suas futuras simulações e que suas participações sejam marcadas por aprendizado, crescimento pessoal e conexões significativas.

Atenciosamente,

O Secretariado.

RESUMO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU). Como o seu principal objetivo é garantir a paz e a segurança internacionais, o estudo de seu escopo e a simulação do comitê envolvem bastante a pesquisa e o entendimento da política externa dos países e segurança internacional. Os delegados irão vivenciar o contexto internacional atual no oriente médio, tomando medidas que poderão mudar o rumo da região.

Após a invasão do Iraque em 2003, o país vivencia crises de estabilidade consecutivas que enfraquecem as instituições governamentais e permitem que o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) conquiste mais territórios iraquianos, promovendo genocídios e desrespeitos aos Direitos Humanos. Já a questão da proliferação nuclear iraniana encontra avanços grandiosos para a segurança internacional, contudo, fiscalizações e definição dos termos das negociações são necessários para resolução final dessa questão.

***MARCO HISTÓRICO (QUANDO ACONTECEM AS DISCUSSÕES DO COMITÊ):
MARÇO DE 2025***

ABSTRACT

The United Nations Security Council (UNSC) is one of the six principal organs of the United Nations (UN). As its main objective is to ensure international peace and security, the study of its scope and the committee simulation involve enough research and understanding of foreign countries and international security. Delegates will experience the current international context in the Middle East, taking measures that could change the course of the region.

After the invasion of Iraq in 2003, the country experiences crisis consecutive stabilities that weaken government institutions and allow the Islamic State of Iraq and the Levant (EIIL) conquer more territories Iraqis, promoting genocide and disrespect for human rights. Already the question of Iranian nuclear proliferation is grandiose advances to international security, however, inspections and defining the terms of the negotiations are necessary for final resolution of this issue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. HISTÓRICO E ESCOPO DO COMITÊ.....	9
2. A SITUAÇÃO CONCERNENTE AO IRAQUE.....	10
3. NÃO-PROLIFERAÇÃO.....	13
4. A QUESTÃO IRANIANA.....	14
4.1. Histórico da situação política no Irã.....	14
4.2. A questão nuclear no Irã.....	15
4.3. Desdobramentos recentes.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
APÊNDICE I.....	23
APÊNDICE II - POSICIONAMENTO DOS PAÍSES.....	24

INTRODUÇÃO

A questão das armas de destruição em massa (ADMs) é uma das mais perenes na pauta da segurança internacional. Nas primeiras décadas do século XIX, o amplo desenvolvimento de armas químicas e uso em larga escala na Primeira Guerra Mundial tiveram tanto impacto que corroboraram para a assinatura do Protocolo de Geneva de 1925 (Protocolo sobre a Proibição do Uso, em Guerra, de Gases Asfixiantes, Venenosos ou de Outro Tipo, e de Métodos Bacteriológicos de Guerra). Nada, contudo, pode ser comparado ao horror com o qual o mundo testemunhou o advento da bomba nuclear.

Do ataque à Hiroshima e Nagasaki em diante, o medo da ameaça nuclear passou a figurar como elemento relevante em muitas das movimentações do cenário internacional. A própria dinâmica da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis de Cuba, a rivalidade entre Índia e Paquistão, todos são casos que demonstram a influência direta desse tipo de armamento – ainda que não diretamente utilizados – nos desdobramentos geopolíticos. Os casos aqui trabalhados, no entanto, são exemplos de uma outra consequência do medo coletivo das armas de destruição em massa: o uso político e estratégico da ameaça desse tipo de armamento para ações militares ou interferência internacional.

O presente trabalho, portanto, apresenta o histórico e as competências do referido Conselho, e pretende discutir duas questões relevantes do cenário internacional: a situação iraquiana duas décadas após a invasão de 2003 e a situação do Irã nos esforços de não-proliferação de armamentos nucleares e contenção de ameaças nesse sentido. Apesar de tópicos essencialmente distintos, ambos estão diretamente relacionados ao temor da comunidade internacional em relação às armas de destruição em massa e aos diferentes papéis que ele pode ocupar na discussão das questões de segurança.

1. HISTÓRICO E ESCOPO DO COMITÊ

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com a responsabilidade de nunca mais sucumbir ao flagelo da guerra e garantir os direitos fundamentais da humanidade. Disposta a proteger os direitos humanos, a igualdade entre todas as nações e a paz, seis comissões foram criadas: a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social, o Tribunal Internacional de Justiça, a Secretaria e o Conselho de Segurança (Nações Unidas, 2013). Aprendendo com os erros cometidos pela Liga das Nações, que não conseguiu impedir a Segunda Guerra Mundial, a ONU vem preservando, com sucesso, o mundo de uma terceira guerra mundial.

Sendo responsável pela manutenção de mais de 117 mil funcionários – entre os quais militares, polícias, observadores internacionais e empregados civis –, e atuando em 16 missões diferentes em todo o mundo, as Nações Unidas são detentoras do segundo maior contingente militar distribuído em todo o mundo. Assim sendo, estão longe de ser chamadas de ator não relevante no contexto internacional (Garcia, 2013). O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) detém a responsabilidade por todas intervenções internacionais sob o nome da ONU, criando seus termos, autorizando, extinguindo ou renovando seus mandatos. Como indicado no capítulo V da Carta da Organização das Nações Unidas (2013), o objetivo do CSNU é preservar a segurança e a paz internacionais, e, a fim de atingir essa meta, todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e seguir suas decisões.

A composição do comitê é de quinze membros das Nações Unidas, dos quais cinco são permanentes e dez são rotativos. Os cinco membros permanentes, ou simplesmente P5, são a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Desde que a Carta da ONU não foi revisada, os nomes da República da China e da União Soviética não foram alterados para a República Popular da China e a Federação Russa. Os outros dez

¹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era um membro original da Organização das Nações Unidas de 24 de outubro de 1945. Em uma carta datada de 24 de dezembro de 1991, Boris Yeltsin, o presidente da Federação da Rússia, informou o secretário-geral de que o assento da União Soviética no Conselho de Segurança e todos os outros órgãos das Nações Unidas seria passado Federação Russa, com o apoio dos 11 países membros da Comunidade de Estados independentes.

membros são eleitos pela Assembleia Geral, seguindo o critério de dois países da América Latina e do Caribe, dois da Ásia, três da África, um da Europa Oriental e dois da Europa Ocidental e outros locais. Contra o senso comum, a Carta nunca menciona o poder de veto para o P5, explicando apenas que as "decisões do Conselho de Segurança em todos os outros assuntos, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove membros, incluindo os votos dos membros permanentes" (NAÇÕES UNIDAS, 2013), permitindo assim a abstenção de um P5.

Com o dever de tratar das ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão, o Conselho de Segurança precisa de regras de procedimento dinâmicas o suficiente para lidar com situações inesperadas, ou, citando os membros do P5: precisa ser “mestre de seu próprio procedimento” (Garcia, 2013). Desde 1946, as regras do UNSC são provisórias, o que significa que elas podem ser suspensas ou modificadas à necessidade. As decisões da comissão podem ser feitas de três maneiras: por uma resolução, uma declaração presidencial ou uma declaração à mídia (*idem*, 2013). A resolução exige termos de negociações longas, o que pode levar meses; a declaração presidencial é adotada por consenso e por consulta informal, sendo lida pelo presidente, e a declaração à mídia é adotada por consenso e lida em reunião pública para os jornalistas.

2. A SITUAÇÃO CONCERNENTE AO IRAQUE

O Iraque foi invadido em março de 2003 por uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), dando início à chamada Segunda Guerra do Golfo. No contexto do pós-11 de setembro de 2001, o principal motivo apontado pelos chefes de Estado dos EUA, Reino Unido e seus apoiadores foi a percepção de que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição em massa, o que seria uma ameaça à segurança mundial. Além disso, os norte-americanos também apontavam a existência de ligações entre o líder iraquiano Saddam Hussein e a Al-Qaeda. Porém, não foram encontradas provas de nenhuma ligação substancial à Al-Qaeda ou de armas de destruição em massa.

Desde a invasão, o Iraque tem vivido em profunda crise. A guerra derrubou a ditadura de Saddam Hussein, mas faltou planejamento para operações de estabilidade e falhou a criação de um governo eficaz e unitário, gerando um cenário de turbulências e instabilidade.

Em 2007, os EUA mudaram sua abordagem em relação ao Iraque e buscaram criar um país menos dependente da ajuda iraniana e mais ligado a uma parceria estratégica com os interesses americanos. O objetivo, então, seria ajudar os iraquianos a construir um estado unificado e capaz de defender-se de extremistas e insurgentes. No entanto, essa meta não foi alcançada

Em 2010, o país realizou eleições parlamentares que, em vez de consolidarem a democracia, acentuaram as divisões internas. Cresceram as divisões sectárias entre xiitas e sunitas, com os primeiros assumindo o controle de recursos de petróleo e gás, forças de segurança e outros instrumentos de autoridade do Estado, enquanto os sunitas – minoria no país – reagiram com protestos e violência.

Igualmente preocupante é a incapacidade do Estado de bem arbitrar a questão entre árabes e curdos. Os curdos são um povo com sua própria história, língua, cultura, etnia e todos os atributos de nacionalidade. Contudo, foram divididos nos territórios do Iraque, Turquia, Síria e Irã. No Iraque, desde 1918, procuram autonomia e independência. O Governo Regional do Curdistão (GRC) é o órgão de decisão oficial da região predominantemente curda do norte do Iraque, referida como Curdistão Iraquiano ou sul do Curdistão. Os antagonismos entre o GRC e os iraquianos cresceram a partir de 2004, com disputas sobre o controle do território, o nível de autonomia para o GRC, o controle das forças de segurança e a repartição das receitas de exportação de petróleo do Iraque.

As tropas americanas se retiraram do território americano em dezembro de 2011 e melhoras na estabilidade do país não foram percebidas. A violência decorrente das divisões étnicas e grupos insurgentes continuam a impedir o desenvolvimento de um governo estável. O Estado é frágil e, com fraca estabilidade política e econômica, a violência é mais um sintoma do que uma causa dos problemas do país.

Ademais, cresceram as forças do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), uma organização jihadista de orientação sunita composta de diversos grupos terroristas, também

conhecida por Da'esh. Os conflitos internos iraquianos se transformaram em guerra civil no início de 2014, quando entre janeiro e junho de 2014 forças do EIIL assumiram o controle de pelo menos 70% da Província de Anbar, incluindo as cidades de Fallujah, Al Qaim, Abu Ghraib e parte de Ramadi, durante a campanha de Anbar. O exército iraquiano tentou uma ofensiva na região, mas o EIIL estava muito resistente. Diante da instabilidade no Iraque, os curdos anunciaram um referendo popular por independência. O governo iraquiano rejeitou a possibilidade e a Turquia também expressou preocupações.

Os combates no final de 2014 ficaram cada vez mais brutais. Os Estados Unidos, a França e o Reino Unido intensificaram suas investidas, mas mesmo assim o Estado Islâmico retrocedeu muito pouco. Em 2015, o exército iraquiano teve alguns sucessos iniciais, com a libertação da cidade de Tikrit em abril. Porém, o EIIL conseguiu manter-se na ofensiva em algumas frentes e, em meados de maio, a cidade de Ramadi foi finalmente tomada pelo grupo.

Em 2014, pelo menos 12.000 civis foram mortos e mais de 23.000 feridos, sendo que somente em janeiro houve mais de 2.200 vítimas civis, incluindo 790 mortos e cerca de 1.500 feridos. A situação se agravou com a guerra civil da Síria, uma vez que os sunitas iraquianos simpatizavam com os rebeldes sírios, em sua maioria também sunitas.

As Nações Unidas expressaram grande preocupação com a atual situação de segurança no Iraque, como resultado de uma ofensiva em grande escala conduzida por grupos terroristas, em especial o Estado Islâmico. Tais ofensivas envolveram violações dos direitos humanos, pesadas baixas de civis – incluindo mulheres e crianças –, violações aos direitos das mulheres, ameaças contra grupos religiosos e étnicos, ameaças para a segurança de jornalistas e demais profissionais da comunicação.

A ONU condenou esses ataques perpetrados por terroristas e grupos armados associados contra o povo iraquiano e reiterou o seu compromisso com a segurança e integridade territorial do Iraque. Nesse sentido, afirma-se a importância da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (MANUI) no aconselhamento, apoio e auxílio ao povo iraquiano, incluindo a sociedade civil e o governo para fortalecer as instituições democráticas, avançar o diálogo político e a reconciliação nacional, facilitando o diálogo regional.

Mais de duas décadas após o ataque ao Iraque, as consequências ainda assolam o país. A desorganização política, o fortalecimento de milícias e organizações terroristas, a violência generalizada e a instabilidade econômica, além de milhares de pessoas deslocadas e refugiadas, são os resultados mais e menos diretos de 2003.

3. NÃO-PROLIFERAÇÃO

O Tratado de Não Proliferação (TNP) é um tratado internacional que tem como principais objetivos evitar a propagação de armas nucleares e de tecnologia de armas de destruição em massa. Promovendo a cooperação entre as nações para o uso pacífico da energia nuclear, o tratado pretende alcançar o desarmamento nuclear geral e completo.

Em 1968, o TNP foi criado e entrou em vigor dois anos depois, assinado por 187 países, incluindo os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sendo o acordo de limitação de armas nucleares e desarmamento mais ratificado do mundo, esse representa um dos compromissos mais importantes para a segurança da comunidade internacional.

O tratado estabelece sistemas de salvaguardas que, sob responsabilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), alcança a meta da não-proliferação e age como uma medida de construção de confiança entre os Estados. Inspeções realizadas pela AIEA são utilizadas para verificar a conformidade dos países que assinaram o Tratado. Além disso, o TNP incentiva a colaboração internacional para os avanços no campo da tecnologia nuclear para fins pacíficos, bem como a igualdade de acesso a esta tecnologia para todos os Estados Membros e salvaguardas que evitam o desvio desta tecnologia para o uso de armas nucleares.

O Protocolo Adicional ao TNP, estabelecido em 1997, é um mecanismo internacional de controle nuclear mais completo e detalhado dos programas nucleares nacionais. Dos 107 Estados que assinaram o protocolo adicional, apenas 73 o ratificaram, os quais se comprometeram em permitir à AIEA investigar com mais liberdade suas usinas nucleares e centros de pesquisa de enriquecimento de urânio. Pela riqueza de detalhes da sondagem permitida pelo Protocolo, alguns países não o ratificaram por acreditar que os tornaria vulneráveis para espionagem industrial e violações da soberania. Outros acreditam que a

ausência de rigor nas averiguações pode incentivar ações clandestinas e a passagem de materiais nucleares para terroristas.

Na terceira década do século XXI, a ameaça nuclear voltou a ocupar um lugar relevante entre as preocupações dos formuladores de política externa. Em 2024, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, destacou o pouco avanço obtido no sentido de eliminar as armas nucleares e, pelo contrário, os avanços na direção oposta. O acirramento das tensões geopolíticas ocasionou simultaneamente no incremento dos arsenais nucleares de alguns países, além do aumento da desconfiança mútua – um dos fatores que o TNP buscava mitigar.

4. A QUESTÃO IRANIANA

Dentro das discussões sobre armamento nuclear, o Irã constitui um caso emblemático. Seu programa nuclear, como o de muitos outros países, foi desenvolvido com apoio dos Estados Unidos por meio do programa *Atoms for Peace*. No entanto, a partir da Revolução Iraniana as atividades nucleares converteram-se em objeto de suspeita e contestação internacional, e são ponto sensível da relação entre Teerã e as potências ocidentais.

4.1. Histórico da situação política no Irã

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, uma invasão britânica e soviética garantiu, dentre outros objetivos, a abdicação do então Xá iraniano em favor de seu filho. Mohammad Reza Pahlavi, mais alinhado que o pai aos ideais ocidentais, assumiu o poder em uma monarquia constitucional parlamentar frágil e ainda muito limitada às ocupações britânica e soviética, e conduziu por mais de trinta anos um governo que, por mais que tenha promovido um crescimento econômico, foi também responsável pelo aumento da ocidentalização, corrupção e autoritarismo no país.

Os movimentos oposicionistas que começaram a surgir dentro da sociedade iraniana foram dos mais diversos, dentre eles o nacionalismo. Assim, o primeiro-ministro Mohamed Mossadegh foi eleito em 1951 com grande apoio popular e nacionalizou a indústria do

petróleo em seu primeiro ato como chefe de governo. Em 1953, contudo, em resposta aos interesses britânicos e sob agência da inteligência estadunidense, Mossadegh foi deposto, uma ditadura foi estabelecida pelo Xá com o apoio dos EUA, e o petróleo foi desnacionalizado.

A percepção clara de que o golpe não havia sido orquestrado por iranianos, mas por estrangeiros, serviu para fazer crescer ainda mais a oposição ao Xá, visto como um ditador encarregado pelas potências ocidentais não muçulmanas e que defendia mais os interesses dessas que os de seu próprio povo. Esse era um entendimento compartilhado inclusive pelos religiosos tradicionais islâmicos xiitas, que enxergavam um processo de decadência moral com a ocidentalização.

Em 1979, liderada pelo líder religioso exilado Ayatollah Khomeini, a revolução iraniana começou. Em 16 de janeiro de 1979, o Xá fugiu do país e, menos de um mês depois, o Ayatollah retornou ao Irã e deu início ao julgamento e execução de apoiadores do governo deposto. Em março do mesmo ano, um referendo nacional decidiu que o Irã se tornaria uma República Islâmica. O país ganhou uma nova constituição, alicerçada nos ideais do Corão e na renúncia à influência ocidental, e o Ayatollah Khomeini declarou-se líder espiritual supremo.

Quase meio século após a revolução, os impactos desta no cenário nacional e internacional iraniano podem ser facilmente percebidos. O país tornou-se símbolo de oposição por parte dos países ocidentais e também do Golfo, e é alvo de sanções, cenário de violação às liberdades políticas e civis, e palco de eventuais conflitos.

4.2. A questão nuclear no Irã

Em 1974, o país – ainda sob o governo do Xá Mohamed Reza Pahlavi – transformou o que já tinha sido iniciado na década de 1950 em um grande programa nuclear que poderia alterar a matriz energética do país significativamente (Saber, 2017). Ao passo em que buscava o desenvolvimento nuclear, contudo, o país não deixava de sinalizar a natureza pacífica de suas ambições e o comprometimento com a não-proliferação nuclear. O Irã foi, por exemplo, um dos primeiros signatários do TNP, além de favorável à criação de uma zona livre de armamentos nucleares no Oriente Médio (AGNU 3263/1974).

A Revolução de 1979 fez com que os acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento nuclear iraniano sofressem imediata estagnação. A quebra de relações com fornecedores anteriores fez com que o país passasse a defender o seu próprio direito de ter autonomia da integridade do ciclo de enriquecimento de urânio. Ou seja, deixar de ser dependente do fornecimento de tecnologia por parte de outras nações para a geração de energia nuclear (Barzashka & Oelrich, 2012).

Foi em 2002, com a divulgação de atividades nucleares clandestinas no país, que este passou a ser objeto de atenção especial, e, em 2003, a AIEA confirmou que há 18 anos o Irã conduzia um programa nuclear paralelo. As suspeitas sobre o Irã levaram o CSNU a aprovar várias sanções, impedindo o governo de comercializar armas, de realizar intercâmbio de tecnologia de mísseis, entre outros. Devido às sanções, o Irã dificultou novas inspeções da AIEA, o que colocou mais dúvidas sobre o projeto nuclear.

Depois de chegar ao poder nas eleições de 2005, o presidente Mahmoud Ahmadinejad – o sexto eleito presidente desde a revolução – renovou o programa de enriquecimento de urânio do Irã. Sustentando que qualquer enriquecimento era puramente para fins de pesquisa de energia, o Irã foi bem-sucedido na criação de urânio puro o suficiente para ser usado em uma reação nuclear sustentada no início de 2010. Devido a preocupação do Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com os fins e a pouca transparência do desenvolvimento nuclear iraniano, no entanto, o CSNU aprovou, em 2006, a Resolução 1737. Essa resolução proibiu o desenvolvimento nuclear iraniano e restringiu as transferências e contribuições tecnológicas de outros países para o Irã.

Devido à recusa do governo iraniano de congelar seu programa e permitir o acesso dos observadores às suas instalações, mais três conjuntos de sanções foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU: as resoluções 1747 (2007), 1803 (2008) e 1929 (2010).

A resolução 1747 visou a restrição da venda de tanques de batalha, veículos blindados de combate, grandes sistemas de artilharia de grosso calibre, aviões de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis ou sistemas de mísseis, e do fornecimento ao Irã de qualquer assistência técnica ou treinamento, assistência financeira, investimento, corretagem ou outros serviços, bem como a transferência de recursos financeiros ou serviços relacionados

ao fornecimento, venda, transferência, fabricação ou utilização de tais itens, a fim de evitar uma acumulação desestabilizadora de armas.

Ademais, foi decidido o estabelecimento de um Comitê do Conselho de Segurança, composto por todos os seus membros, para realizar as seguintes tarefas: solicitar a todos os Estados, em particular aos da região e àqueles produtores de itens, materiais, equipamentos, bens e tecnologias proibidos, que adotem medidas para implementar as restrições impostas ao Irã, bem como fornecer quaisquer outras informações que possam ser consideradas úteis a esse respeito; promulgar diretrizes que se mostrem necessárias para facilitar a implementação das medidas impostas pela Resolução 1347, incluindo orientações sobre a exigência de que os Estados-Membros prestem informações, sempre que possível, indicando os motivos pelos quais determinados indivíduos e/ou entidades cumprem os critérios de sanção, com os devidos dados de identificação; buscar, junto ao secretariado da AIEA, informações sobre as ações tomadas pela agência para implementar efetivamente as medidas impostas, assim como quaisquer outros dados considerados úteis; examinar alegações de violações das medidas impostas e agir em conformidade com a gravidade da infração; estabelecer diretrizes adicionais que se mostrem necessárias para facilitar a implementação das medidas impostas pela Resolução 1347, incluindo orientações sobre a exigência de que os Estados-Membros informem sempre que indivíduos e/ou entidades facilitarem o acesso do Irã a tais itens; e relatar, pelo menos a cada 90 dias, ao Conselho de Segurança sobre o seu trabalho e sobre a aplicação da resolução, apresentando suas observações e recomendações.

A resolução 1803 reafirmou a necessidade de o Irã seguir as recomendações da AIEA, essenciais para a construção da confiança internacional em seu programa nuclear. Foi também aumentado o controle de pessoas designadas pelo Conselho de Segurança ou pelo comitê como estando envolvidos, diretamente associados ou prestando apoio à proliferação de atividades nucleares sensíveis do Irã, para o desenvolvimento de sistemas vetores de armas nucleares, através da participação na aquisição de itens, bens, equipamentos, materiais e tecnologia proibidos.

A resolução 1929, reconhecendo a falha do Irã em seguir as recomendações estabelecidas pela AIEA, demandou que o Irã assinasse o Protocolo Adicional do TNP;

restringiu a construção de novas usinas nucleares; proibiu o investimento internacional em qualquer território controlado pelo Irã; proibiu qualquer atividade relacionada a mísseis balísticos capazes de transportar armas nucleares, incluindo lançamentos usando tecnologia de mísseis balísticos. Reforçou ainda que os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para impedir a transferência de tecnologia ou assistência técnica ao Irã relacionadas a tais atividades; e atividades bancárias.

O programa nuclear iraniano, segundo a AIEA, é uma questão técnica simples que deve ser estudada e resolvida por um braço da agência. No entanto, para as ações políticas e ideológicas, tem crescido uma crise grave e complexa. Através de mal-entendidos, desconfiança e hostilidade pela comunidade internacional e pelos membros da AIEA, o Irã tem ficado mais propenso a não cooperar com o regime internacional da energia nuclear.

Enquanto os países ocidentais afirmam que o Irã tem energia suficiente a partir do petróleo e acusam o programa nuclear de ser completamente destinado ao uso militar, o governo do Irã permanece defendendo que seu programa é pacífico e que a pressão internacional é baseada na desconfiança política e não em fatos. Como signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP), o Irã também afirma respeitar o protocolo determinado pela AIEA, mas acreditar que a demanda dos EUA pela adesão ao protocolo adicional do TNP – que dá mais poderes de investigação à AIEA – seria cobertura para uma espionagem industrial, recusando-se a uma investigação mais detalhada de seu programa nuclear e ampliando a suspeita internacional.

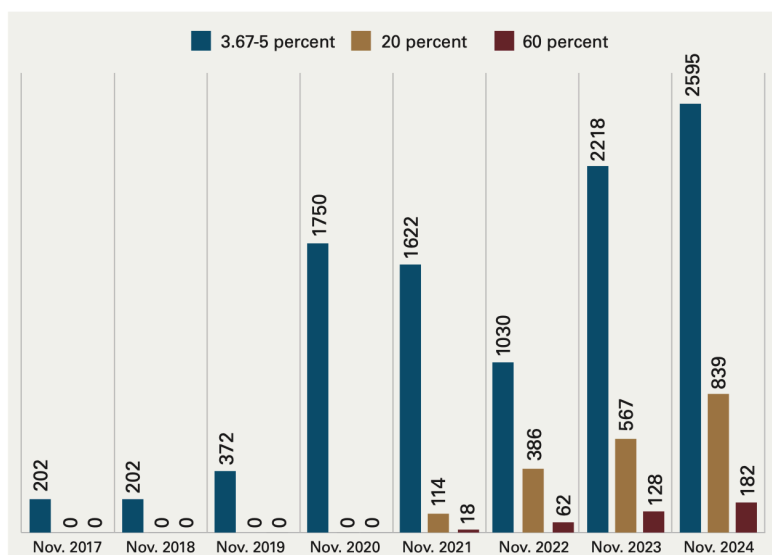
Em 2015, em reuniões trimestrais com o presidente do Comitê de Sanções estabelecido pela resolução 1737 (2006), os delegados do CSNU expressaram esperança com as afirmações do governo iraniano sobre a natureza pacífica de seu programa nuclear e a plena cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Percebeu-se resultado das conversas em curso entre o país e o P5 + 1 (China, França, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido, mais a Alemanha) e do estabelecimento de um Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês). Ao mesmo tempo, a maioria sublinhou que, tendo sido alcançado um acordo, era essencial que todos os Estados-Membros dessem cumprimento às medidas em vigor. Nesse contexto, o presidente continuou a apresentar um relatório sobre a

cooperação e as violações, incluindo a possível aquisição de fibras de carbono proibidas e a exportação de armas por um navio interceptado no Mar Vermelho em abril de 2015, que transportava foguetes e outras armas convencionais. O Irã, no entanto, não respondeu à carta do Comitê sobre os dois incidentes.

4.3. Desdobramentos recentes

Em 2018, o então presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada definitiva do país do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA). Em resposta, o Irã voltou a ampliar a sua atividade nuclear e limitar o monitoramento da AIEA. Segundo a agência, o país nunca esteve tão perto de produzir armamentos nucleares, o que projeta para um futuro próximo a possibilidade de novas sanções por parte dos EUA e Europa, de uma prejudicial retirada definitiva do Irã do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, além de ataques diretos ao país com o objetivo de destruir esses armamentos – um risco para a segurança da região (Arms Control Association, 2025).

Imagem 1 - Reservas iranianas de urânio enriquecido (quilos por peso)



Fonte: Agência Internacional de Energia Atômica

Em fevereiro de 2025, um relatório da AIEA concluiu que o estoque de urânio enriquecido seria suficiente para produzir sete armas nucleares, e que esse permanece em franco crescimento. Além disso, declarou a violação do acordo de salvaguardas por parte do Irã e a recusa do país de resolver violações e esclarecer as dimensões militares do seu programa nuclear. Assim, a agência concluiu que a produção e o acúmulo de urânio altamente enriquecido no Irã podem não ser compatíveis com o seu status de país não possuidor de armamentos nucleares, o que é motivo de preocupação internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de casos como o do Iraque (2003) e do Irã (2006-) conferem nova perspectiva para o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (1968) e todos os demais acordos concernentes às armas de destruição em massa, além de apontar para as direções que podem ser tomadas nas futuras discussões sobre o tema. Como tratar de potenciais violações ao arcabouço regulatório já existente, qual o balanço entre garantia da segurança e respeito à soberania nacional e o que são efetivas ameaças nucleares ou de destruição em massa, todas são questões que ainda carecem de debate por parte da comunidade internacional. E, assim sendo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão com primazia sobre a condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais, é o fórum ideal para esta discussão.

Bem como a instrumentalização do temor em relação às armas de destruição em massa pode gerar consequências severas – como provou ser o caso do Iraque –, o desenvolvimento de um programa nuclear que viole as disposições do TNP é uma questão relevante dentro das esferas de discussão internacionais. Com a marginalização dos tratados competentes, cabe ao Sistema Internacional pensar soluções que sejam efetivas em garantir a paz e a segurança diante dos novos desafios que se apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRIGHT, David; BURKHARD, Sarah; FARAGASSO, Spencer. **Analysis of IAEA Iran Verification and Monitoring Report — February 2025**. Institute for Science and International Security, 3 mar. 2025. Disponível em: <https://isis-online.org/isis-reports/analysis-of-iaea-iran-verification-and-monitoring-report-february-2025?utm_source=chatgpt.com>

ARMS CONTROL ASSOCIATION. **Averting a Renewed Iranian Nuclear Crisis**. Mar. 2025. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/blog/2025-03-19/averting-renewed-iranian-nuclear-crisis?utm_source=chatgpt.com>

SOARES Cláudio. Irã no Centro da Polêmica Nuclear. **Guia do Estudante: Atualidades Vertibular + ENEM 2011**, São Paulo, pp. 34-40, 2011.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). **Iranian Nuclear Policy & Activities Complementary Information to the Report of the Director General**. 2005. Disponível em <<http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcircs/2005/infcirc657.pdf>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **The Security Council**. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2013/sc10932.doc.htm>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Security Council Resolutions. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

GARCIA, Eugênio Vargas. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2013.

APÊNDICE I

PERGUNTAS QUE DEVEM SER RESPONDIDAS AO LONGO DAS DISCUSSÕES

- 1. Quais questões relacionadas à segurança (violência generalizada, atividade de grupos identificados como terroristas, etc.) ainda atingem o Iraque após a Invasão de 2003? Que medidas efetivas podem ser tomadas para aliviá-las duas décadas depois?**
- 2. Quais aprimoramentos ainda precisam ser feitos na regulamentação de armamentos de destruição em massa, incluindo os nucleares?**
- 3. Qual o balanço entre garantia da segurança e respeito à soberania nacional?**
- 4. Quais medidas podem ser tomadas para aprimorar a identificação de efetivas ameaças nucleares ou de destruição em massa e o seu monitoramento?**
- 5. Como o programa nuclear iraniano pode ameaçar o regime de segurança internacional e o que pode ser feito para efetivamente conter essa crise de forma menos prejudicial para o sistema internacional como um todo e para a região?**

APÊNDICE II - POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Grupos Regionais das Nações Unidas

Tipos de Membros	África	América Latina e Caribe	Ásia-Pacífico	Europa Ocidental e Outros	Europa Oriental
Membros Permanentes (P5)			China	Estados Unidos da América	Rússia
				França	
				Reino Unido	
Membros Rotativos (Fim do Mandato)	Argélia (2025)	Guiana (2025)	Paquistão (2026)	Dinamarca (2026)	Eslovênia (2025)
	Serra Leoa (2025)	Panamá (2026)	Coreia do Sul (2025)	Grécia (2026)	
	Somália (2026)				
Membros Observadores	Chade	Brasil	Iraque	<u>Turquia</u> <u>Alemanha</u> <u>Portugal</u> <u>Bélgica</u> <u>Espanha</u> <u>Nova Zelândia</u>	Lituânia Ucrânia
	Nigéria Angola Egito Senegal	Chile Colômbia Venezuela Uruguai	Irã		
			Jordânia Síria Arabia Saudita Japão Malásia		

Membros Permanentes: O CSNU é composto de 5 Membros permanentes, os P5, que possuem o poder de vetar uma resolução caso votem contrários a ela.

Membros Rotativos: São eleitos pela AGNU para participarem com poder de voto pelo mandato de dois anos no CSNU.

Membros Observadores: São Membros que são convidados a participar da reunião pelo CSNU para contribuir com as negociações devido a sua importância política sobre o tópico.

ÁFRICA

Argélia (membro)

A Argélia, assim como o Iraque, sofreu com grupos extremistas jihadistas. Por isso mesmo, fornece apoio e expertise no combate a grupos terroristas, como o Estado Islâmico. O país defende uma abordagem integrada, que trate dos fatores políticos, militares, econômicos e religiosos do extremismo, como foi feito na Argélia e provou gerar resultados bastante efetivos. O Estado Islâmico, por exemplo, teve dificuldades de recrutar argelinos para se juntarem à sua causa, já que o país tratou não apenas de dismantelar o terrorismo como de prevenir-se contra movimentos semelhantes futuros.

Quanto à questão iraniana, Argélia e Irã têm estreitado laços nos últimos anos. Ambos os países, inclusive, assinaram uma série de acordos no campo energético, apesar das sanções do ocidente motivadas pelo programa nuclear iraniano. Isso se explica pelas próprias desavenças regionais da Argélia, nas quais os países ocidentais vêm preferindo o alinhamento com Marrocos.

Serra Leoa (membro)

Serra Leoa está entre os países do Oeste Africano que vêm sofrendo com a expansão de grupos extremistas, dentre os quais o Estado Islâmico. Ainda que não esteja entre os mais afetados, o país demonstra preocupação com a situação e urgência na tomada de ações concretas para combater o terrorismo no Oeste Africano, na região do Sahel e no Oriente Médio, onde esses estão ressurgindo.

O país também é membro da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde 1967, e busca colaborar para a construção de um arcabouço regulatório consistente que limite a aplicação da tecnologia nuclear para usos pacíficos. Preocupa-se com as implicações que atividades militares em áreas de instalações nucleares podem ter, de forma que acredita no multilateralismo, desescalada, diálogo e exercício de máxima contenção, como o melhor caminho para a solução de quaisquer ameaças do gênero. Além disso, defende a importância da autonomia da AIEA e do poder de fiscalização da agência.

Somália (membro)

A Somália é outro dos países africanos que vêm sofrendo com a nova expansão de grupos extremistas jihadistas, principalmente do Estado Islâmico. Com um governo frágil e muitas divisões internas, este caminha para uma trajetória similar à dos antigos redutos do Estado Islâmico. Por isso mesmo, é de seu interesse a construção de medidas conjuntas de contraterrorismo.

Quanto à questão nuclear, o país aderiu recentemente, em 2024, à Agência Internacional de Energia Atômica, indicando um comprometimento com a garantia de um uso pacífico e sustentável desse tipo de tecnologia. Um caso de 2017 é relevante para entender o posicionamento somali para ambos os tópicos, quando o governo enviou uma carta ao embaixador dos EUA na qual solicitava assistência militar sob alegação de que um grupo extremista teria capturado depósitos de urânio na região de Galmudug e planejava enviá-los ao Irã. O documento foi confirmado como autêntico pelo embaixador somali nos EUA, mas o conteúdo é duvidoso e pode ter sido usado para tentar conseguir mais apoio militar americano.

Angola

Angola, juntamente com outros países africanos, está fornecendo apoio incondicional no combate ao Estado Islâmico. Acredita que a luta contra os grupos terroristas não pode ser travada apenas através de ação militar em larga escala, mas também se concentra nas causas da crise iraquiana. É necessário combinar ações políticas, militares e ideológicas, com estratégias de coalizão internacional. Assim, a comunidade internacional tem que agir em solidariedade e de forma coordenada de forma a ajudar o Iraque a ter um governo estável e próspero.

A Angola compreende a natureza sensível de alguns dos temas que estão sendo discutidos por ambos os lados no processo de negociação, e espera que os debates sejam capazes de encontrar formas que abordem as preocupações tanto iranianas quanto aquelas expressas pelo E3 + 3 sobre maneiras de melhorar o regime inspeções e assegurar que o Irã aborde questões sobre suas atividades nucleares passadas. No entanto, reforça que o governo

persa tem que trabalhar lado a lado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA) e as definições do Plano de Ação Conjunta para garantir a reinserção do país na comunidade internacional sem sanções.

Egito

As relações do Egito com o Iraque foram rompidas em 1990, mas nos últimos anos tem melhorado, sendo hoje um dos seus principais parceiros comerciais. Em relação à intervenção militar, os egípcios ainda estão discutindo o envio de tropas terrestres. O país encontra-se em uma posição ainda relativamente instável, desde a ascensão de Hosni Mubarak em 2011. Além disso, o Egito tem preocupações com a segurança, devido à proximidade de fronteiras com as áreas de atividade do Estado Islâmico.

Senegal

O Senegal tem uma longa experiência em participar de operações de paz lideradas pela ONU. Dentre as 25 operações que contaram com participação do exército senegalês, inclui-se missões no Iraque. Promover a paz e a estabilidade política é o primeiro pilar da política externa senegalesa. A delegação manifesta vontade de aumentar sua visibilidade no cenário mundial e compete por liderança regional na África

Chade

O Chade incentiva que a comunidade internacional e os países das regiões de conflito devem incentivar o fomento de condições propícias ao diálogo. As crises de instabilidade governamental são propícias para a propagação de grupos terroristas. A solução, dessa forma, de acordo com a delegação do Chade, é superar as diferenças entre os parceiros, demonstrar flexibilidade e contribuir para o processo de paz.

A delegação do Chade congratula o prosseguimento das negociações entre o Irã e o P5 + 1 no âmbito do Plano de Ação Conjunta. Reitera que a República Islâmica do Irã tem o direito de desenvolver uma indústria de energia nuclear civil e que, em caso de um acordo final, todas as sanções das Nações Unidas contra o Irã devem ser abolidas.

Nigéria

A Nigéria afirma que os grupos terroristas são as maiores ameaças à paz e segurança internacionais. A delegação condena os ataques e ressalta que não há justificativa para tais crimes. A situação exige medidas urgentes da comunidade internacional e o país convoca uma intensificação da luta contra o EIIL e outros grupos terroristas, sendo que os responsáveis devem ser levados à justiça.

O país continua a acompanhar e encorajar as negociações entre os Estados Unidos e o Irã, juntamente com os acordos junto ao P5+1 na elaboração de uma solução abrangente das questões nucleares.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Guiana (membro)

Em 2010, quando já havia significativas preocupações em relação ao programa nuclear iraniano, o presidente de Gana visitou o Irã e firmou um acordo através do qual cientistas iranianos ajudariam na gestão mineral guianense. Assegurou, no entanto, que essa colaboração tinha objetivos unicamente pacíficos e que não deveria atrapalhar as relações diplomáticas cordiais com os EUA. O país também já demonstrou preocupação com a deterioração do JCPOA e com o alto volume de enriquecimento e armazenamento de urânio no Irã.

Apesar de estar geograficamente distante dos problemas relacionados ao extremismo jihadista, a Guiana historicamente mostrou-se favorável aos esforços de contraterrorismo.

Panamá (membro)

Assim como os demais países americanos, o Panamá tem pouca relação com o problema da ascensão de grupos extremistas islâmicos e o jihadismo. Ainda assim, o país foi o primeiro do continente a fazer parte da Coalizão Internacional contra o Estado Islâmico do

Iraque e do Levante. Em 2016, o Panamá criou um departamento antiterrorismo dentro do CSNU, além de um comitê para a prevenção do terrorismo e financiamento do terrorismo. Dessa forma, o país mostra o seu comprometimento com medidas abrangentes de contraterrorismo. É, contudo, importante ressaltar que o país foi parte da Coalizão de Apoio à invasão do Iraque em 2003, quando o então presidente Moscoso declarou entender a decisão de garantir à população do Iraque a “chance de desfrutar da democracia, da paz e do respeito aos Direitos Humanos”.

O país também demonstra preocupação com a alta produção de urânio enriquecido no Irã. O Panamá foi um dos países, junto com Grécia, França, República da Coreia, Reino Unido e EUA, que solicitou uma reunião do CSNU, em março de 2025, para tratar da questão. Na ocasião, o governo panamenho reforçou o desejo de fazer uso dos instrumentos diplomáticos para impedir que o Irã desenvolva uma arma nuclear.

Venezuela (República Bolivariana da)

A República Bolivariana da Venezuela rejeita a prática de atos terroristas em todas as formas e manifestações, independente de motivações. O terrorismo é uma violação do direito internacional, sendo ataques deliberados contra a paz e a segurança globais. A delegação ainda ressalta não haver diferenças entre bons ou maus terroristas. É necessário um esforço conjunto e coordenado dos membros do Conselho de Segurança em relação a essa questão.

A Venezuela reafirma o direito soberano da República do Irã ao uso pacífico de energia nuclear. Reiteram, portanto, que o Artigo IV do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que estipula o direito inalienável de todas as partes de continuar com a pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, sem qualquer discriminação, deve ser plenamente respeitado.

Uruguai

O Uruguai é considerado um país mediador em instituições internacionais, contribuindo em operações de paz das Nações Unidas no mundo (é um dos países que mais

contribui, per capita, com essas missões). É parceiro dos Estados Unidos, tendo recebido treinamento para desenvolver a habilidade de proteção de civis durante missões e redução da necessidade do uso da força.

Brasil

A delegação brasileira condena fortemente os atos terroristas perpetrados contra o Iraque pelo Estado Islâmico, bem como seu envolvimento nas mortes e deslocamentos forçados de contingentes do povo iraquiano. O país apoia os esforços das forças iraquianas no combate aos grupos terroristas, enfatizando a condenação a todas as práticas que possam ameaçar a integridade territorial do Iraque. Ademais, suporta os esforços do governo para alcançar a unidade nacional entre os povos do país.

Chile

A delegação do Chile acredita que o diálogo político é a única solução para conflitos como os do Iraque. Apoiam também os esforços do governo russo de tentar convocar um diálogo de paz em que vários grupos de oposição foram convidados. O Chile reitera ainda sua condenação a qualquer violência a civis, especialmente a mulheres e crianças. Além disso, uma das prioridades é a permissão ao acesso de ajuda humanitária enviada para mitigar os efeitos da violência.

O Chile insiste para que o Irã prossiga em cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além disso, a delegação tomou nota do último relatório sobre a implementação do acordo de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e as disposições pertinentes das resoluções do Conselho de Segurança sobre o Irã. Aprecia, então, o apoio da AIEA no monitoramento e verificação das medidas voluntárias do Plano de Ação Comum.

Colômbia

A Colômbia acredita que o diálogo contribuirá para a resolução do conflito e expressa sua rejeição a todo tipo de atentado terrorista, assim como a violência contra a população. Quer manter uma relação com o Iraque e, sabendo que os países do oriente médio procuram o apoio internacional, está disposta a diálogos bilaterais revisitando os temas de interesse. A Colômbia ainda quer aproximar-se de acordos bilaterais com a República Islâmica que ajudem aos diálogos e discussões estratégicas.

ÁSIA-PACÍFICO

China (membro permanente)

A delegação chinesa reforça que a comunidade internacional deve apoiar o Iraque em seu processo de reformas políticas, sobretudo em ajudar o país no combate à pobreza, ao extremismo e à violência. A China também defende a oposição e o combate a todo tipo de terrorismo, respeitando os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e as normas básicas que regem as relações internacionais. Além disso, reforça que a comunidade internacional deve reconhecer a interação entre as questões do Iraque e questões da Ásia Ocidental e Norte da África.

A China tem mediado ativamente o processo de negociação sobre a questão nuclear iraniana, ao jogar um papel construtivo em tais questões-chave como a modificação do reator de água pesada de Arak. Contudo, o país defende que todas as partes têm a obrigação de implementar as resoluções do Conselho de Segurança sobre sanções contra o Irã de maneira séria, precisa e abrangente. Mas lembra que as sanções não são o objetivo das resoluções do Conselho de Segurança e que as atividades do Conselho devem servir a todos os esforços destinados a alcançar uma solução negociada para a questão nuclear do Irã.

Paquistão (membro)

O Paquistão é considerado um país atrativo para grupos extremistas jihadistas desde o início do século, com um crescimento exponencial de novos grupos e células nas mais

diversas cidades do país. O governo já declarou perceber com preocupação esse aumento e busca pensar em medidas que possam conter tais atividades. Em 2003, após a invasão do Iraque, o Paquistão fez críticas contundentes ao ataque realizado pelos EUA, à unilateralidade com a qual foi realizado e às razões levantadas para tal.

Com o Irã, o Paquistão possui um histórico de alguns conflitos fronteiriços e uma relação que oscila conforme a sua proximidade com os EUA. Mesmo assim, o país já declarou que evita alinhamento militar com os EUA no que diz respeito ao Irã. Buscando boas relações com ambos os países, o Paquistão é defensor do direito iraniano de possuir um programa nuclear pacífico, mas não o de desenvolver armamentos nucleares. O Paquistão é um dos nove estados que possuem armas nucleares, além de não ser parte do TNP, razão pela qual pode não estar muito aberto a soluções que envolvam medidas muito restritivas ao desenvolvimento nuclear.

República da Coreia (membro)

A Coreia do Sul foi um dos países parte da Coalizão de Apoio ao ataque ao Iraque, em 2003. O então presidente Roh inclusive defendeu que, tendo falhado os esforços diplomáticos para resolver a questão das armas de destruição em massa no país, a intervenção seria uma solução inevitável.

Com a situação atual do Irã, a Coreia do Sul não é muito mais transigente, principalmente lidando com o risco nuclear constante que representa a fronteira com a Coreia do Norte. Mesmo assim, apesar de condenar duramente o que percebe como graves violações ao regime do TNP e à governança da AIEA, o país vem defendendo resoluções diplomáticas – em especial a colaboração de todas as partes.

Japão

A delegação japonesa defende o desenvolvimento autossustentável e o processo de reconstrução do Iraque. O Japão demonstra preocupação com os recentes ataques terroristas que causaram muitas vítimas civis. Dessa forma, afirma seu posicionamento de que o terrorismo não pode ser justificado por qualquer motivo, manifesta solidariedade com o

Governo do Iraque e espera novos progressos na reconciliação nacional através de um processo político pacífico.

Malásia

Os líderes da Malásia têm frequentemente identificado medidas da política externa norte-americana que afetam o mundo muçulmano, em especial a invasão do Iraque, o apoio inconstitucional a Israel e a guerra no Afeganistão. Esses fatores, segundo a delegação, seriam as principais causas do terrorismo, não sendo apenas responsabilidade do desenvolvimento do Iraque. O país conta com aparato de segurança interna, mas tem preocupações se tais medidas seriam suficientes para conter ameaças terroristas iminentes.

A Malásia é da opinião de que as negociações entre o P5+1 e o Irã constituem um desenvolvimento importante nos esforços para promover a paz, segurança e estabilidade tanto regionais quanto internacionais. O empenho e a flexibilidade demonstrados por todas as partes em chegar a um acordo inicial constituem passos positivos no sentido da não-proliferação e da segurança nuclear, especialmente tendo em vista as longas e difíceis negociações que tomaram lugar por quase dez anos.

Iraque

A delegação do Iraque apela aos Estados-Membros do CSNU a apoiar o plano de resposta humanitária para o Iraque e para trabalhar juntamente ao governo do país em assistência às vítimas do terrorismo. O Iraque atribui grande importância ao trabalho da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (MANUI) e se propõe contribuir no apoio aos refugiados e pessoas deslocadas internamente, a promover os direitos humanos – incluindo os de jovens, crianças e mulheres, e as reformas judiciais e legais do país. Em relação à violência contra as mulheres, foi estabelecida uma unidade dentro do Ministério dos Direitos Humanos para acompanhar as ocorrências no país. Além disso, propõe a discussão com o Kuwait para a criação de um fundo de emergência para apoiar a reconstrução de áreas afetadas por ataques terroristas.

Irã

O Irã tem procurado ampliar os programas de cooperação bilateral com o Iraque. Além disso, o país participa de um acordo de corredor aéreo e inteligência juntamente com a Rússia e o Iraque, com o objetivo de combater o EIIL. O acesso da Rússia à Síria via Irã e Iraque é essencial para a estratégia de Moscou para o Oriente Médio. Tal acordo teve implicações nas relações dos Estados Unidos tanto com o Irã quanto com o Iraque.

Jordânia

A delegação da Jordânia já havia alertado para a possibilidade da propagação da crise síria para além de seu território, em especial para o Iraque. Ressaltam que o clima esteve propício à organização terrorista do EIIL, que se aproveitou de vácuos políticos. Para a Jordânia, a luta contra essa organização requer um processo político inclusivo, a fim de restaurar a unidade nacional entre os vários intervenientes na sociedade iraquiana. A delegação apela para todas as forças políticas do Iraque para participar desse processo inclusivo, a fim de preservar a unidade do povo iraquiano. O país ressalta que está trabalhando para ajudar no combate ao terrorismo principalmente cortando suas fontes financeiras.

A Jordânia espera que o acordo contribua para reforçar a confiança e acalmar os receios sobre o programa nuclear iraniano, estabelecer a base para a paz e estabilidade no Oriente Médio e fortalecer o regime de não-proliferação nuclear na região e no mundo. É de extrema importância que o acordo seja plenamente alinhado com todas as normas internacionais, particularmente em termos de segurança física das instalações nucleares, através de um controle exaustivo pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além disso, também devem ser considerados os impactos sobre as questões ambientais.

Síria

A Síria passou por um conflito interno de 2011 a 2024, sendo que em 2013 o Estado Islâmico começou a reivindicar territórios na região. O governo do país ressalta o desejo de continuar cooperando com as Nações Unidas, se comprometendo a garantir assistência aos

civis que são vítimas do terrorismo. Salientam ainda a importância de priorizar a luta contra grupos terroristas como o EIIL, com cooperação da comunidade internacional.

Arabia Saudita

A Arabia Saudita tem uma relação conflituosa com o Irã devido a diferenças religiosas. Se preocupa com a possibilidade dos países perderem sua identidade árabe e deixa claro que essa preocupação se deve à influência dos Estados Unidos sobre o território.

O país oferece apoio não somente militar, mas também político, econômico e de inteligência para que a soberania dos países seja respeitada, com objetivo de proteger o próprio território nacional.

EUROPA OCIDENTAL E OUTROS

Estados Unidos da América (membro permanente)

Os Estados Unidos da América defendem que o EIIL representa uma ameaça ao povo iraquiano do Oriente Médio, e que, se não controlados, os terroristas seriam uma ameaça crescente para além da região. A delegação propõe, para eliminar o EIIL, uma coalizão abrangente, incluindo a colaboração entre múltiplas linhas de esforço, além do esforço militar. O país também propõe que se busque parar o fluxo de combatentes estrangeiros que se alistam ao EIIL e apoia a criminalização do recrutamento. Por fim, os EUA ressaltam a necessidade de combate à propaganda do grupo terrorista.

Após nove anos de sanções e desconfianças, os EUA finalizaram um acordo sobre a questão nuclear iraniana, a partir de negociações com o P5 + 1 com a República Islâmica do Irã, mas deixaram o acordo em 2018. Agora, estão receosos com o que veem como constantes violações por parte do Irã e um risco crescente de que esse país desenvolva armamentos nucleares.

França (membro permanente)

A França afirma que para combater o terrorismo é preciso que o CSNU assuma suas responsabilidades. O país afirma que decidiu fornecer ajuda humanitária e equipamentos militares, além de responder ao chamado do governo iraquiano para fornecer apoio aéreo. A delegação francesa apoia o processo de trazer unidade ao Iraque e acredita que o sucesso desse processo exige a construção de um Estado estável e pacífico. Em relação à segurança, as prioridades são: apoio militar para o Iraque, bloqueio dos canais de fluxo de combatentes estrangeiros, e drenagem dos recursos financeiros dos terroristas, provenientes principalmente de derivados de petróleo.

Desde o início, a França tinha uma posição constante e consistente: o Irã tem todo o direito de desenvolver energia nuclear para fins civis, mas não significa que ele deve ser capaz de obter uma arma nuclear. Dessa forma, deve haver uma limitação de longo prazo sobre a capacidade do Irã de realizar pesquisa e desenvolvimento, e um regime de verificação rigorosa, que inclui, quando necessário, instalações militares, conforme já indicado pelo Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Isso também envolve a possibilidade de um retorno automático para as sanções em caso de violação dos compromissos por parte do Irã.

Reino Unido (membro permanente)

O Reino Unido ressalta a importância da ajuda da comunidade internacional para a estabilidade do Iraque. Afirma que é essencial que os vizinhos do Iraque coloquem suas diferenças de lado para trabalhar juntos e lidar com a ameaça comum. O país se compromete a trabalhar em colaboração com seus aliados e do Iraque para construir apoio internacional para a questão.

O Reino Unido continua empenhado em encontrar uma solução pacífica e duradoura para as negociações acerca da questão nuclear iraniana. Segundo a delegação, é necessário um acordo negociado com o Irã que seja durável e verificável e que aborde as preocupações de proliferação. Esta seria a melhor maneira de impedir o Irã de desenvolver uma capacidade de armas nucleares.

Dinamarca (membro)

A Dinamarca é outro país que também fez parte da Coalizão de Suporte ao ataque ao Iraque. Segundo o Primeiro Ministro à época, Anders Fogh Rasmussen, o apoio ao ataque significaria o apoio à paz, à liberdade e aos valores democráticos. Nos anos mais recentes, a Dinamarca vem prestando apoio ao Iraque em sua reconstrução e, principalmente, no combate ao terrorismo, mas é exigente em alertar para a necessidade de ações em prol do desenvolvimento econômico, democrático e dos direitos humanos

No que tange ao Irã, o país se alinha à União Europeia ao denunciar a recusa iraniana de fornecer cooperação e informações necessárias, falhando com as suas obrigações no regime do TNP e da AIEA. O país acredita que o compromisso diplomático para a negociação de uma solução é o caminho ideal a ser seguido.

Grécia (membro)

A Grécia está diretamente envolvida na situação do Iraque por ser a principal rota entre a Europa e a Síria e o Iraque. Ou seja, o país é caminho para europeus que foram se juntar aos grupos extremistas nesses redutos, mas, principalmente, de refugiados que buscam escapar da situação alarmante de violência, crise econômica e política. Com a lenta recuperação do Iraque, a Grécia trabalha para fortalecer a cooperação entre ambos os países, em especial na prevenção e no combate ao terrorismo.

Quanto à agenda nuclear, a Grécia é signatária do TNP desde 1970. O país entende que o Irã não deve obter armamentos nucleares, mas acredita que esta é uma questão que deve ser tratada muito cuidadosamente através da diplomacia, a fim de evitar novos conflitos na região do Oriente Médio. Por querer manter boas relações tanto com o Irã, quanto com Israel, EUA e países do Golfo, a Grécia tende a ocupar o papel de pacificadora nessa discussão, buscando o caminho do consenso diplomático.

Espanha

A Espanha, alinhada com os interesses dos Estados Unidos, montou uma base estratégica para conter um eventual avanço terrorista na bacia do Mediterrâneo. Além disso,

condenou fortemente os ataques terroristas que ocorreram em Iskandariyah no dia 24 de março de 2016, reiterando o apoio espanhol ao povo e às autoridades do Iraque. A delegação afirma que o terrorismo pode ser derrotado através da cooperação internacional e da aplicação dos instrumentos do Estado de Direito.

A Espanha foi presidente do Comitê estabelecido pela Resolução 1737 (2006), que acompanhou as negociações referentes ao Plano de Ação Conjunta, congratulando e mediando as negociações do P5+1 e a República Islâmica do Irã. Embora o Comitê reitere que a principal responsabilidade pela aplicação das disposições das resoluções 1737 (2006), 1747 (2007), 1803 (2008) e 1929 (2010) é dos Estados-Membros, a Comissão está preparada para facilitar a implementação das medidas.

Turquia

A Turquia espera resolver a questão bilateralmente antes que o Conselho de Segurança tenha que intervir. Como princípios de sua política externa, posiciona-se favorável à inviolabilidade das fronteiras, à preservação da integridade territorial e à unidade política dos Estados. O país está hospedando quase 500 mil refugiados iraquianos e se mostra disponível para continuar enviando ajuda humanitária. Além disso, vai enviar ajuda militar, com treinamento de voluntários iraquianos, mas afirma que não tem intenção de violar a soberania do Iraque, não tendo ambição em seu território, apenas em garantir a segurança nacional e global em cooperação e coordenação com outros parceiros.

Alemanha

A Alemanha reconhece a importância de manter a segurança interna e externa do país, por isso transferiu parte de seus militares do Iraque a países vizinhos. O país pretende manter uma posição de diálogos para o que for preciso em questão de ajuda diplomática, mas ao lado da influência dos Estados Unidos. Ademais, juntamente aos Estados Unidos da América, luta contra o Estado Islâmico, já que segundo as próprias palavras do ministro de relações

exteriores existe uma preocupação com o possível ressurgimento de tropas que possam retomar o conflito.

Portugal

Portugal procura realçar sua participação no cenário internacional. Para isso, o país acredita que deve haver um espaço para o CSNU assumir um papel de liderança no processo e lidar com a importância da gestão dessa crise internacional. O país também valida a atuação dos diálogos diplomáticos, assim como as relações com os Estados Unidos.

Bélgica

A Bélgica foi um dos países que se viu afetado pela crise migratória ocasionada pelo conflito, mas foi defensor do não intervencionismo no Iraque durante a guerra de 2003. O país acredita em um diálogo que consiga permitir que os desacordos sejam amenizados e, assim, o país continuará oferecendo o apoio necessário para que a soberania seja respeitada e o terrorismo, seja combatido.

Nova Zelândia

A Nova Zelândia está alinhada aos Estados Unidos e mantém tropas com missão de treinamento no Iraque. O primeiro-ministro John Key afirmou posicionamento claro do governo de que a contribuição neozelandesa não será alterada. Além disso, foi aberta a Embaixada da Nova Zelândia em Bagdá em maio de 2015, com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países.

A Nova Zelândia reconhece os esforços das partes nas negociações entre o P5+1 e o Irã, com fins de fechar um acordo global sobre o programa nuclear. A delegação também reitera o apoio ao acordo e espera que os compromissos sejam mantidos de acordo com a intenção inicial. Finalmente, encoraja todas as partes envolvidas a sustentar a vontade política necessária para uma solução positiva, pacífica e duradoura.

EUROPA ORIENTAL

Rússia (membro permanente)

Para a Rússia, o mais importante é um governo uniforme e estável no Iraque, ativamente envolvido em assuntos internacionais e regionais. A delegação afirma que a imposição de soluções prontas não é eficaz, e que os parâmetros do processo de estabilização do governo iraquiano devem ser acordados pela própria população do Iraque.

A Rússia defende que a chave para uma solução bem-sucedida para o problema do desenvolvimento nuclear iraniano é uma implementação precisa e firme dos acordos básicos que foram alcançados no Plano de Ação Conjunta.

Eslovênia (membro)

A Eslovênia é um dos países engajados na estabilização do Iraque e da Síria, observando com preocupação o fortalecimento do Da'esh na Ásia Central e na África. Dentro dos esforços para a reconstrução, estão medidas de reintegração de civis deslocados e de medidas de segurança contra o terrorismo.

Outra preocupação do país é com a não implementação das medidas de transparência nuclear por parte do Irã, bem como com a produção e armazenamento de urânio enriquecido. Segundo o entendimento da Eslovênia, o uso dessa quantidade e nível de urânio enriquecido para fins meramente civis não é crível. O país acredita que a única solução possível é a restauração dos compromissos diplomáticos do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA).

Ucrânia

A Ucrânia está em guerra desde 2022. Se, com o aumento do envolvimento russo no combate ao terrorismo do Estado Islâmico, os combates na Ucrânia tinham sido reduzidos, estes se tornaram a principal preocupação do país desde o dia 24 de fevereiro de 2022. O histórico do país, contudo, é o de adoção de medidas firmes para o combate ao terrorismo, além do pleno cumprimento das medidas de transparência e não-proliferação nucleares.

O país é defensor de soluções diplomáticas para os embates sobre questões nucleares, mas já foi também favorável à imposição de sanções.

Lituânia

A Lituânia reafirmou seu compromisso em trabalhar na coalizão contra o EIIL e outros grupos terroristas. É essencial a tarefa de contraterrorismo, com integração entre a comunidade internacional e as Nações Unidas, de modo a assegurar coesão no combate ao terrorismo, com atenção às ferramentas de alta tecnologia. A delegação ressalta o perigo de tecnologias modernas de comunicação nas mãos de grupos terroristas.

De acordo com a Lituânia, a cooperação do Irã com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é um elemento-chave para reestabelecer a confiança da comunidade mundial no país. Ademais, o próprio Irã deve cooperar com o Comitê, fornecendo as informações solicitadas durante o curso das investigações.